

A sociedade do telejornalismo na busca da cidadania¹

Bárbara Martins ZAGANELLI²

Marcelo Carlos GANTOS³

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro,
Campos dos Goytacazes, RJ

RESUMO

O telejornalismo como lugar de referência para a democratização de informação pode colaborar na divulgação do conhecimento, de modo a elevar o grau de compreensão pública da Ciência. Este trabalho parte da premissa de que isto não ocorre com expressividade no Brasil, principalmente nos telejornais regionais, fazendo com que os telespectadores fiquem, muitas vezes, insensíveis ao conteúdo exibido. A partir deste pressuposto, este texto percorre um itinerário que se inicia com uma contextualização histórica da moderna tradição cultural brasileira, procurando refletir sobre o comportamento do público em relação aos desafios existentes entre a comunicação e a cidadania. A proposta fundamenta-se no fato de que o direito à informação, como o acesso ao conhecimento científico, precisa ser ampliado para alcançar parcelas mais significativas da população.

PALAVRAS-CHAVE: telejornalismo; divulgação científica; telespectador; cidadania.

OS TELESPECTADORES CIDADÃOS NO TELEJORNALISMO

O comportamento classicamente “passivo” do telespectador diante das informações divulgadas pelo telejornalismo, pode ser melhor compreendido por meio de um mapeamento atualizado, dos contornos e efeitos da teoria da formação da moderna tradição cultural brasileira (Ortiz, 1988). Longe da pretensão de propor uma análise que busque dar conta da totalidade de concepções acerca do tema, o objetivo é refletir aproximando-o dos fenômenos sociopolíticos, econômicos e culturais. Esta abordagem mais contextualizada, inclusive, é defendida por Hudec (1980) que argumenta que o jornalismo não existe fora de um cenário histórico, ou seja, não é possível entendê-lo longe das relações com a sociedade

¹ Trabalho apresentado no GP Telejornalismo, XII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista, radialista e mestranda do Curso de Políticas Sociais do PPGPS- UENF, email: barbarazaganelli@hotmail.com.

³ Orientador do trabalho. Doutor, Professor Associado do Curso de Políticas Sociais do PPGPS- UENF, email: mgantos@uenf.br.

e cultura⁴. Retomando as discussões de Coutinho e Mata (2010) sobre a participação do público⁵ nos telejornais, este trabalho, ancorado na noção de cidadania e democracia, observou que a postura mais ativa da população principalmente nos telejornais regionais e locais está longe de ser a de “telespectadores cidadãos”. Por isso, o texto irá refletir sobre os principais desafios contemporâneos que a sociedade do telejornalismo⁶ precisa superar para que o direito à informação, como o acesso ao conhecimento produzido dentro das universidades e instituições de pesquisa, seja democratizado.

Entende-se que o alcance ao conhecimento qualificado e à informação vai muito além de uma questão de direito⁷ (Oliveira, 2001). Ele representa benefícios políticos, financeiros e existenciais e, por isso, segundo Tilly (2006) não é tão vantajoso fazer com que haja uma democratização do conhecimento científico⁸. Em uma sociedade pautada pelos princípios da divisão do trabalho e da busca pelo lucro, observa-se que existe um sistema que exige das pessoas e empresas, formas criativas de competição que as coloquem sempre em vantagens em relação aos demais concorrentes. Só que paradoxalmente para obter essa vitória no cenário econômico e mercadológico é preciso ter acesso às informações e ao conhecimento qualificado. Sorj (2003) especifica que o conhecimento citado é o científico que é, inclusive, o principal motor da expansão do mundo contemporâneo. Mas apesar da relevância do conhecimento científico para a população, verifica-se que o poder⁹ cria entraves para a livre circulação do conhecimento ligado à

⁴ Segundo Ianni (1996), a cultura é algo criado no contexto das relações sociais de uma dada sociedade que revela “as diversidades e os antagonismos que se expressam nas práticas dos grupos sociais” (IANNI, 1996, p. 147).

⁵ Para França e Almeida (2008), o público é um conjunto de sujeitos que respondem dentro de uma estrutura de agenciamento, construindo, no bojo da confrontação estabelecida, suas percepções de mundo e suas posturas.

⁶ A sociedade do conhecimento, título de livro que reúne trabalhos da rede de pesquisadores do tema (SBPJor), é na avaliação de Alfredo Vizeu e João Carlos Correia, a hipótese de que o telejornalismo representa um lugar de referência para os brasileiros, parecido com o da família, amigos da escola, da religião e do consumo.

⁷ Segundo Bobbio (1992), a existência de um direito implica na existência de um sistema normativo, onde por “existência” deve entender-se tanto o fato de um direito histórico ou vigente quanto o reconhecimento de um conjunto de normas como guia da própria ação. A figura do direito tem como correlato a figura da obrigação. Bresser-Pereira (1997) resume que o direito é um conjunto de normas dotadas de poder institucionalizado de coerção que regulam a vida social.

⁸ Constitui um conhecimento real, contingente, sistemático, verificável, falível e aproximadamente exato (Trujillo, 1974). Segundo a citação de Bourdieu (2008, p. 101), é “aquilo que sobreviveu às objeções e pode resistir às objeções futuras”. Ou seja, são as novidades e as notícias da ciência que chegam ao público, não cientistas, de várias maneiras e por vários canais.

⁹ Segundo Poulantzas (1986), o conceito de poder indica os efeitos sobre as relações existentes entre classes sociais. O poder não está situado fora da ideia de luta de classes. Quando se fala em poder do Estado, o que se indica é o poder de uma determinada classe, a cujo interesse o Estado corresponde sobre outras classes sociais.

Ciência¹⁰, mantendo a comunidade científica, muitas vezes, isolada (Caraca, 2003). Inúmeras pesquisas e descobertas não chegam até a população, o que reforça o ponto de vista deste trabalho.

Tanto a distribuição desigual do conhecimento científico quanto a passividade do telespectador brasileiro diante das informações divulgadas, ou não, pelos telejornais, estão ligadas também à traços inerentes da formação social brasileira que prepassa por relações que privilegiam o favor, o clientelismo, o paternalismo e a privatização do público (Oliveira, 2009). Para Oliveira (1999, p. 59),

[...] um processo complexo de violência, proibição da fala, mais modernamente, privatização do público, interpretado por alguns com a categoria do patrimonialismo, revolução pelo alto e incompatibilidade radical entre dominação burguesa e democracia [...].

Chauí (1999) desenvolve uma ideia de uma sociedade brasileira autoritária e violenta, identificando quatro características que justificam esse comportamento: relações sociais hierárquicas; relações sociais e políticas fundadas em contatos pessoais; profundas desigualdades sociais e econômicas, que geram carências e privilégios; uma sociedade em que a lei não é percebida como expressão de uma vontade social. O paradigma da relação sociopolítica, sob esta perspectiva, é o favor, a clientela e a tutela (Oliveira, 2009). A aproximação entre os indivíduos e a criação de laços de intimidade para a obtenção de benefícios também é muito bem lembrada e explicada por Holanda (1995). O “homem cordial”, citado no livro *Raízes do Brasil*, trouxe a tona essa discussão e apontou que as cordialidades, de gestos largos e que emprega o uso de diminutivos nos tratamentos pessoais demonstrando aparentemente hospitalidade e a generosidade, estão longe de ser sinônimos de “boas maneiras” ou civilidade e, sim, são subterfúgios para a obtenção de vantagens. O acesso a bens e serviços é geralmente a partir de vínculos de amizade, de camaradagem, de favor e nunca por uma relação de direito. Desta forma, questiona-se: Será que essas atitudes dos telespectadores, muitas vezes, até amigáveis não escondem interesses em relação a benefícios e vantagens no poder público ou privado? A partir de experiências

¹⁰ “É um conjunto de conhecimentos racionais, certos ou prováveis, obtidos metodicamente sistematizados e verificáveis, que fazem referência a objetos de uma mesma natureza” (Ander-Egg 1978, p.15).

profissionais¹¹, pode-se dizer que o público assume frente às câmeras uma postura cordial, algumas vezes, para conseguir favores do governo, das empresas privadas e estatais e, inclusive, da própria imprensa. Em outros momentos, observa-se telespectadores receosos e inseguros em relação às consequências que uma exposição na mídia possa causar ao indivíduo, enquanto um ser que está inserido em uma comunidade e que precisa se sentir pertencente à ela. Não é raro os casos de entrevistados que alegam ter sofrido ameaças e ações repressoras, como perseguições políticas tanto em empregos quanto no acesso à serviços públicos.

Esses traços conservadores e autoritários da formação social, cultural e econômico configuram assim uma “moderna tradição brasileira”. A expressão, cunhada por Ortiz (1988) no livro *A Moderna Tradição Brasileira* que analisa a emergência da indústria cultural no Brasil, traz uma reflexão relevante a cerca da problemática da cultura brasileira, para as quais, as idéias de modernização e de modernidade já não mais se apresentariam como um projeto_ como nos anos 40,50 e 60_ mas como uma realidade que se impõe como tradição. Segundo o autor, a palavra tradição acaba que passa uma idéia de coisas passadas, excluindo radicalmente o novo. Mas pouco se pensa como tradicional um conjunto de instituições e de valores que, mesmo sendo produtos de uma história recente, que se impõe a nós, paradoxalmente, como uma moderna tradição, um modo de ser contraditório. Partindo dessa concepção, no Brasil, nota-se que há relações sociais pautadas por formas tradicionais. Nos rastros desta configuração, Carvalho (2003) vai mais além e resgata a herança colonial apontando que os portugueses construíram um país enorme dotado de unidade territorial, linguística, cultural e religiosa, mas deixaram uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora latifundiária e um Estado absolutista. Nesta perspectiva, a “Independência” não passou de uma negociação conveniente entre a elite nacional, a coroa portuguesa e a Inglaterra, tendo como figura mediadora o príncipe D. Pedro. Sair desse mundo tradicional, identificado como rural, atrasado, familiar, afetivo, religioso e lento, para entrar no moderno, considerado urbano, adiantado, individual, racional, científico e rápido, foi ideal político e questão teórica das últimas décadas no Brasil. Superado essa dicotomia, Ortiz (1988) explica que no Brasil a

¹¹ 10 anos de experiência como jornalista atuando no mercado de trabalho, sendo que a maior parte trabalhou como repórter e produtora de telejornais regionais na Rede InterTV, afiliada da Rede Globo no Rio de Janeiro. A emissora, com sede em Cabo Frio, é responsável pela cobertura de 50 municípios das regiões serrana, dos lagos, norte e do noroeste do Estado do Rio de Janeiro e atinge mais de três milhões de telespectadores. A afiliada produz os telejornais *Bom Dia Rio*, que vai ao ar das 7h10 às 7h30; o *RJ InterTV 1ª Edição*, das 12h às 12h45 e o *RJ InterTV 2ª Edição*, das 19h10 às 19h30.

luta para construir a modernidade, isto é, o processo de modernização também faz parte da nossa tradição e história. Mas apesar deste esforço, os traços da moderna tradição brasileira fazem com que a luta pelo bem coletivo fique comprometida, o que coloca em risco a prática cidadã. Mas afinal, como se expressa essa cidadania?

Nas últimas décadas, tornou-se lugar comum na academia falar que o cidadão é aquele indivíduo que consegue desfrutar dos direitos civis, políticos e sociais (Marshall, 1967). Isto é: possui direitos sociais que garantem a participação na riqueza coletiva; direitos civis, que regulam a participação na vida em sociedade e direitos políticos, que possibilitam a participação da sociedade no governo (Carvalho, 2003). Perpassando essa noção conflituosa e dinâmica de cidadania, Carvalho (2003) defende que o termo traz noções de igualdade, liberdade e participação política. Mas Mello (2006) acrescenta que, além da cidadania remeter à ideia dos direitos à condição humana e à vida em sociedade, a participação social não é suficiente para conquistar a igualdade. Para que a cidadania, considerada por Fleury (2002) uma das mediações mais importantes para a integração social seja alcançada, alguns autores propõem caminhos, como Comparato (1993), Bresser-Pereira (1997) e Fernandes (2002). Bresser-Pereira (1997) defende uma atitude mais pró-ativa do indivíduo e explica que ele precisa ser capaz de interferir na produção do Direito. Isto é, a cidadania só passa a ser plena quando o indivíduo luta por seus direitos e tem a consciência de que o interesse coletivo está acima do particular. Mas essa cidadania debatida só pode ser desfrutada, na visão de Bresser-Pereira (1997), por meio de prática e, por isso, precisa estar sempre em evidência na sociedade. Diante deste quadro, postula-se que essa cidadania deve ser exercida inclusive diante das notícias. O telespectador tem um papel de destaque no processo mídia-receptor e precisa ser participativo e atuante, principalmente, no que diz respeito aos interesses coletivos.

Outros autores, como Fernandes (2002), chegam a propor a ideia de que a cidadania para ser potencializada precisa estar relacionada à capacidade desses atores articularem demandas, mas também de apontar soluções para as necessidades. Sob este prisma, os telespectadores poderiam apontar sugestões de assuntos e entrevistados nos telejornais, assim como cobrar e fiscalizar posturas e ações do governo e da mídia. Este seria um diferencial, pois o indivíduo passaria de agente passivo para ativo, saindo da zona de conforto para apontar medidas viáveis para que os problemas criticados por ele sejam discutidos e, por que não, resolvidos. Essa situação geraria um terreno fértil para as discussões que possam proporcionar novos entendimentos, além de abrir um espaço

significativo para as reivindicações de direitos e exposições de soluções para os problemas. Comparato (1993) apresenta até outro termo para esse cidadão chamando-o de “novo cidadão” aquele indivíduo que também tem atitude, iniciativa e que participa diretamente do processo histórico do seu desenvolvimento, além de cuidar da promoção social.

Neste cenário, propõe-se que seja abandonada então a idéia de igualdade como a única forma de atingir a cidadania. Mais importante, para este trabalho, é avançar na análise da relação da igualdade com as demandas de respeito a direitos (Oliveira, 2001). Com essa percepção, esta reflexão traz à tona a discussão sobre a importância dos telespectadores exercitarem a prática cidadã. É claro que não dá para ignorar as mazelas históricas do Brasil. Gomes (1994) explica que o acesso à cidadania no Brasil surgiu atrelado a um processo de formação de atores políticos, principalmente, da classe trabalhadora, onde percebia claramente uma intervenção estatal e a falta de uma extensão da participação eleitoral. Santos (1979) até defende uma noção de “cidadania regulada” no país, isto é, a cidadania consistiria apenas no gozo de direitos sociais¹² garantidos por lei. Esta forte tradição cultural centrada na figura do Estado em relação à sociedade fez com que Carvalho (1996) usasse, não à toa, o termo “estadania” como forma de apontar a negatividade histórica da cidadania, o que não deveria acontecer, já que todos os indivíduos deveriam conquistar os três direitos sem precisar de uma intervenção governamental.

Somado a isso, o termo só ficou em voga após o fim da ditadura militar, em 1985, quando houve um reforço da reconstrução no país, tendo a Constituição de 1988, a *Constituição Cidadã*, como auge do entusiasmo cívico (Carvalho, 2003). E, mesmo assim, havia uma fragilidade social, econômica e política que transparecia em formas de violência urbana, desemprego, analfabetismo, entre outros problemas centrais da sociedade. De acordo com Carvalho (2003), parte dos direitos ainda continua inacessível a uma grande parcela de brasileiros verificando-se, até mesmo, que o poder público não é garantidor dos direitos da sociedade, mas, sim, de determinados grupos econômicos e políticos que com ele tece uma rede clientelista de distribuição particularista de bens públicos e, em outras ocasiões, praticando a ideologia do favor¹³. Assim, as marcas de uma “cultura de atraso” (Oliveira, 2009) permeiam a moderna tradição cultural brasileira e perpetuam-se como

¹² Bresser-Pereira (1997) exemplifica que o direito social pode ser entendido como um direito contra outro cidadão se for pensado, no direito de um funcionário em relação ao dono da empresa. Mas se o direito social for pensado como um direito à saúde ou à educação passa a ser um direito do cidadão contra a sociedade civil e o Estado. E, caso a sociedade tenha esse recurso material para garantir as necessidades do indivíduo, passa então a ser um direito do ser humano.

¹³ Schwarz (1992) entendia que o favor gera uma fidelidade e cria uma relação de dependência.

instrumentos de hegemonia e manutenção das classes dominantes nos espaços de poder do Estado, em todos os níveis, fazendo com que as classes subalternas sejam controladas e impedindo também os indivíduos de conquistarem os seus direitos sozinhos. Diante dessas problemáticas expostas no texto, é possível ter uma noção de quão desafiadora é a tarefa de tentar compreender o comportamento da sociedade e seus atores sociais diante dos telejornais, mas o quanto também é instigante esta análise, já que conduz à múltiplas possibilidades de reflexões. Em uma distinção acertada sobre a participação do público nos diferentes telejornais, Coutinho e Mata (2010, p.217) explicam que:

Se nos telejornais locais a população assume um papel mais ativo, de protagonismo nas histórias tecidas audiovisualmente, e por vezes utiliza-se de emissoras de TV para reivindicar seus direitos, há nos telejornais de rede uma espécie de despolitização das vozes. Assim, se em nível local há um público mais participativo, nacionalmente o cidadão que emerge oferece quase sempre um relato emocionado, a partir de sua experiência de vida, que na maioria das vezes legitima o discurso proferido por repórteres e apresentadores.

Percebe-se que apesar da população aparecer em um papel mais ativo nos telejornais regionais e locais¹⁴ que nos veiculados em rede, ainda falta um longo caminho para os telespectadores exercitarem uma postura cidadã. Com base em argumentações sobre a noção da própria cidadania, exposta neste texto, e fazendo uma reflexão sobre o conjunto de problemas reais vivenciados pela prática profissional, nota-se que ainda há uma incipiente participação do público nos telejornais regionais e locais. Outro aspecto que convém analisar é sobre o papel pedagógico desempenhado pelos noticiários de televisão enquanto um lugar de referência¹⁵. Coutinho e Mata (2010) reforçam a idéia de que atualmente os telejornais são o principal meio de informação dos brasileiros, tanto em nível local quanto nacional. Mas enquanto bem público¹⁶ poderiam contribuir mais fartamente para a compreensão pública da ciência já que são um importante canal de acesso às informações científicas ao grande público. Para Alberguini (2007, p. 71),

¹⁴ Segundo Caparelli (1982), os telejornais locais são aqueles produzidos na mesma área de emissão do canal enquanto os regionais são produzidos em parte de penetração do canal.

¹⁵ Expressão usada por Vizeu (2009) para explicar que os telejornais mostram que o mundo que existe está presente na “telinha”.

¹⁶ A expressão foi usada por Alfredo Vizeu para explicar que os conteúdos jornalísticos veiculados pelos telejornais tem uma universalidade que atinge a todos os cidadãos, de forma a permitir um acesso mais igualitário ao conhecimento.

A importância da Compreensão Pública da Ciência é um fato incontestável na atualidade e a cobertura da mídia reflete essa tendência. Mesmo com a pouca expressividade de programas de Divulgação Científica na televisão no Brasil, principalmente de produção nacional, é possível avaliar que o telejornalismo tem aberto espaço para temas científicos.

Diante do exposto, surgem questionamentos. Será que a exposição de assuntos relacionados à Ciência nos telejornais, citado por Alberguini (2007), acontece tanto nos veiculados em rede quanto nos regionais e locais? E mais, será que isso ocorre na mesma proporção? Observa-se atualmente que a exibição de notícias sobre a Ciência no “Jornal Nacional” vêm crescendo. Em contrapartida, não se verifica a mesma frequência, tempo de exibição e forma de abordagem nos noticiários locais. Com isso, Salcedo e Gomes (2008, p.3) analisam que se,

Existe pouco espaço para a reflexão crítica, por parte do telespectador, e quando se trata de informação científica, percebe-se sua alienação e aculturação científica. Tal situação acaba por excluir o telespectador de assuntos importantes voltados à melhoria de sua qualidade de vida. Sem divulgação não há impacto e os indivíduos persistem na sua ignorância por não possuírem acesso ao contínuo processo de fazer ciência.

Outro contra-senso é que, ao mesmo tempo em que as emissoras tem o dever de noticiar informações de interesse público, pois o sistema brasileiro de televisão é de propriedade do Estado e a exploração é concedida a particulares e a instituições públicas, seguindo os padrões típicos norte-americanos, Melo (1985) argumenta que esse processo, a princípio lógico e simples, não acontece na prática e aponta que o mecanismo de concessões é autoritário, o que permite que o controle do grupo que detém o poder de Estado privilegie os setores empresariais ou estatais de confiança do governo federal. Ou seja, apesar das concessões serem realizadas por meio de concorrência pública, o que coloca uma roupagem de caráter legal e democrático no processo, segundo o autor, fica evidente que existe uma pré-escolha das pessoas físicas ou jurídicas que recebem a concessão, sendo beneficiados os que estão afinados com os que detêm o poder. Melo (1985) destaca inclusive que a censura a qual fica sujeita a notícia muda de acordo com as circunstâncias e conveniências do governo, caracterizando assim um sistema autoritário. E isso pode ser percebido nas emissoras sem grandes dificuldades.

Nessa perspectiva, Novaes (1996) argumenta que é possível identificar uma comunicação no país que fala com a sociedade, mas a sociedade não tem como falar com a comunicação. Santoro (1995) aponta que apenas nove famílias controlam 90% do fluxo de comunicação de massa do Brasil, o que caracteriza o poder que os grupos de mídia detêm no país. Ainda, ao analisar sobre o poder da informação, o autor faz uma releitura da frase “informação é poder”, invertendo para “quem tem o poder é que tem a informação” (SANTORO, 1995, p.143). Por isso, acredita-se, que os meios de comunicação de massa são usados como reprodutores do poder vigente e, por isso, não podem ser usados como fontes exclusivas de informação. Para superar as limitações que postergam a realização de direitos e o desenvolvimento de uma cultura política baseada no direito, na cidadania, na democracia¹⁷ e na participação popular crescente, é crucial encontrar e experimentar novas formas de diálogo com o poder público e privado que não tenham, necessariamente, que passar pelo crivo das emissoras de televisão para ganhar divulgação e repercussão. A hipótese diretriz desta análise é que os meios alternativos podem contribuir eficazmente para a divulgação de informações. Mais que isso, podem ser ferramentas importantes de fiscalização e cobrança do poder público e da mídia. Sabe-se que são inúmeras as dificuldades da busca dos telespectadores pela cidadania. É incontestável também, que a sociedade tenha uma mediação administrativa eficiente e uma educação qualificada (Carvalho, 2003) para que possa intervir com conhecimento no que é exibido, ou não, pelos telejornais. Mas além disso, a população precisa encontrar novas formas e atitudes de ampliar o campo de disputa para a conquista legal do direito e a luta por efetivá-lo, tanto em nível da sociedade, quanto no interior do próprio Estado.

Este não é um texto que tem a pretensão de chegar a conclusões em um terreno tão inóspito e complexo, mas abre pistas para novas indagações. Uma das possibilidades é pensar sobre caminhos alternativos de comunicação, para que os telespectadores não dependam das emissoras e do Estado para ter acesso as informações e, com isso, a cidadania não fique minimizada. Alguns fatores que apareceram no cenário despertam interesses para novas experiências que podem resultar em comportamentos e reações

¹⁷ De acordo com Touraine (1996), “não há democracia sem cidadania”. Assim, segundo Bobbio (1986, p.12), o regime democrático pode ser entendido como “um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) de procedimentos para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada à participação mais ampla possível dos interessados”. Ao contrário do Capitalismo, o autor explica que a democracia privilegia a satisfação do social sob o indivíduo. Mas o conceito de democracia também está longe de ser um corpo orgânico, segundo Bobbio (1992). De acordo com o autor, a democracia é a soma de indivíduos e isso não pode ser separado do conceito de direitos do homem. Uma concepção que vai de encontro ao conceito de cidadania (Carvalho, 2003).

interessantes a cerca do exercício da cidadania. As redes sociais¹⁸ são uma delas. O *twitter*¹⁹ e *Facebook*²⁰ são exemplos que permitem uma interação virtual em grupo e podem ser vistos como espaços para manifestações livres de idéias, ou seja, não precisam de um representante da mídia para que o assunto seja divulgado, ganhe repercussão e seja, com isso, legitimado. Os movimentos nas redes sociais ganham novos adeptos a cada dia e isso, somado ao fenômeno da convergência midiática, abre um horizonte fantástico e com inúmeras possibilidades para redefinir práticas de cidadania inovadoras.

Analisa-se que quando as pessoas compartilham virtualmente de experiências, trocam opiniões, participam de comunidades virtuais e interagem de uma maneira geral, conseguem ter acesso, muitas vezes, à conhecimentos que normalmente não seriam divulgados e compartilhados com a sociedade pelos telejornais. Além disso, nota-se uma postura mais atuante e participativa em relação as cobranças políticas e a questionamentos, até mesmo, sobre os critérios de notícia da mídia. Foi o que aconteceu, por exemplo, no caso da greve dos professores das universidades federais. Na paralisação das atividades, que começaram em maio de 2012 e que atingiu 49 universidades e 20 institutos federais²¹, os internautas reclamaram sobre a falta de veiculação de informações nos telejornais sobre o protesto dos professores que reivindicavam melhores condições de trabalho. Isso colocou de certa forma em cheque a credibilidade das emissoras. Houve uma mobilização em massa pelo *facebook* pressionando as emissoras à divulgarem o assunto, como mostra a figura 1:

80% DAS UNIVERSIDADES DO PAÍS ESTÃO
EM GREVE E ELES NÃO FALAM NADA!



E VOCÊ, VAI FICAR CALADO?

Figura 1- Charge divulgada no facebook pelos usuários.

¹⁸ Dias (2011) explica que as redes sociais são espaços virtuais nos quais sujeitos se relacionam instituindo uma forma de sociabilidade que está ligada à divulgação e à própria formulação do conhecimento.

¹⁹ Citado por Guimarães (2011) como um microblogging que permite escrever pequenos textos de até 140 caracteres.

²⁰ De acordo com Guimarães (2010), é um site de Rede Social que funciona através de perfis e comunidades específicos para as conexões com outros indivíduos. Em cada perfil é possível criar e acrescentar módulos de aplicativos (jogos ou ferramentas).

²¹ Fonte: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/06/greve-de-universidades-se-espalha-para-institutos.html>. Acessado em 19/06/2012.

Depois de quase uma semana, finalmente, foi noticiada no Jornal Nacional (JN)²², da rede Globo de televisão, uma nota pela jornalista Patrícia Poeta:

A greve dos professores das universidades federais obteve nesta terça-feira (22) o apoio de 43 instituições. A paralisação começou na última quinta-feira. Os professores pedem reestruturação do plano de carreira e melhores condições de trabalho. Os grevistas devem se reunir, na semana que vem, com representantes dos ministérios da Educação e do Planejamento.

As manifestações nas redes sociais continuaram e a frequência de notícias sobre o assunto aumentou nos telejornais nacionais e regionais, com base em percepções empíricas. Apesar de não existir uma comprovação científica sobre os efeitos diretos das redes sociais na exibição de assuntos dos telejornais, essa relação merece reflexões e análises. Observa-se que quando a sociedade expõe opiniões e constrói diálogos, mesmo que virtual, o movimento popular tem potencial para ganhar intensidade e volume, a tal ponto de se conseguir repercussão e gozar de legitimidade. Existem casos observados nas próprias redes sociais que, quando os internautas fazem reclamações, cobranças e críticas, as pessoas que se sentem questionadas, muitas vezes, respondem as acusações. A interatividade nesse sentido é positiva para a configuração de um espaço comunicacional mais cidadão. Embora haja diversos desafios que precisam ser superados, como os resquícios da moderna tradição brasileira e as mazelas geradas pelo Capitalismo, percebe-se que a partir dessa inetratividade na internet, por exemplo, abre uma janela para o exercício de novas formas de cidadania e efetiva realização de direitos sociais, no caso à informação, e por que não científicas? Analisando as questões esboçadas, este trabalho percebe que, para obter resultados positivos na luta pela cidadania é preciso haver, é claro, uma mudança no comportamento da sociedade do telejornalismo. E, para isso, a participação em meios alternativos de comunicação, como as redes sociais, se configure como uma nova vertente de cidadania já que é possível participar, cobrar e fiscalizar o que é exibido, inclusive pelos telejornais. Afinal, entende-se que a garantia de direitos e o exercício de cidadania estão sempre vinculados à ação popular, bem como à validação dos princípios democráticos (Soares, 2012).

²² Fonte: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2012/05/greve-dos-professores-obtem-apoio-de-43-universidades.html> Acessado em 22/05/2012.

Referências Bibliográficas

- ALBERGUINI, A.C. **A Ciência nos Telejornais Brasileiros** (O papel educativo e a compreensão pública das matérias de CT&I). Tese (doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social em Umesp- Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, São Paulo, 2007.
- ANDER-EGG, Ezequiel. **Introducción a las técnicas de investigación social: para trabajadores sociales**. 7. Ed. Buenos Aires: Humanitas, 1978.
- BOBBIO, N. **A Era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BOURDIEU, P. **Para uma sociologia da ciência**. 2ª ed. Lisboa: Ática, 2008.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Cidadania e Res Publica: a emergência dos direitos republicanos. **Revista de Filosofia Política- Nova Série**, Porto Alegre, vol. 1, p. 99-144, 1997.
- CARACA, João. A Comunicação em Ciência. In: Souza, C.M.; Marques, N.P.; Silveira, T.S. (Org.). **A Comunicação Pública da Ciência**. Taubaté, São Paulo: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, J.M. **Cidadania: tipos e percursos**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, n.18,1996.
- CAPARELLI, Sérgio. **Televisão e capitalismo no Brasil**. Porto Alegre: LP&M, 1982.
- COUTINHO, Iluska. Telejornalismo e identidade em emissoras locais: a construção de contratos de pertencimento. In VIZEU, Alfredo (org.) **A Sociedade do Telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- COUTINHO, Iluska & MATA, Jhonathan. Dos personagens à incorporação do público: uma análise sobre o lugar do cidadão no telejornalismo. In VIZEU, Alfredo & PRCELLO, Flávio & COUTINHO, Iluska (org.). **60 anos de Telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010.
- COMPARATO, Fábio Konder. A nova cidadania. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n ° 28-29, abr. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451993000100005&script=sci_arttext>. Acessado em: 8 de set. de 2011.
- CHAUÍ, Marilena. Ideologia neoliberal e universidade. IN: OLIVEIRA, Francisco;
- DIAS, Cristiane; COUTO, Olivia Ferreira do. **As redes sociais na divulgação e formação**

- do sujeito do conhecimento:** compartilhamento e produção através da circulação de ideias. Ling. (dis)curso [online]. 2011, vol.11, n.3, pp. 631-648. ISSN 1518-7632. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1518-76322011000300009>>. Acessado em 10 de fev. de 2012.
- FERNANDES, Adélia B. **Jornalismo, cidadania e direitos humanos:** uma relação reflexiva no espaço público. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciência e Comunicação. Salvador, Bahia, set. 2002.
- FLEURY, Sonia. **A expansão da cidadania.** Trabalho apresentado no VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 oct. 2002.
- FRANÇA, Vera; ALMADA, Roberto. **O acontecimento e seus públicos:** um estudo de caso. In: Contemporânea, vol.6, nº2, dez, 2008.
- GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo.** 2ªed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- GUIMARÃES, Carlos Fábio Morais; OLIVEIRA, Edilene Mafra Mendes de;
- MELLO, M.M., Políticas Sociais e Políticas de Bem-Estar: algumas considerações. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente.** 2006. Disponível em: <interfacehs.sp.senac.br/br/artigos.asp?ed=4&cod_artigo=67>. Acessado em: 11 de set. de 2011.
- HUDEC, Vladimir. **O que é jornalismo?** Lisboa: Editorial Caminho, 1980.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil moderno.** São Paulo: Brasiliense, 1996.
- MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MELO, José Marques. **Para uma leitura crítica da comunicação.** São Paulo: Edições Paulinas, 1985.
- NOVAES, Washington. **A quem pertence à informação?** 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- OLIVEIRA, F. **Comunicação pública e cultura científica.** Parcerias estratégicas, 13, 201-208, 2001 Disponível em: <<http://ftp.mct.gov.br/CEE/revista/parcerias13/10.pdf>>. Acessado em: 02 de set. 2011.
- OLIVEIRA, I.M. Cultura política, direitos e política social. In: BOSCHETTI, I. (Org). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas.** 2ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2009. p.109-129.

- ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira**. Brasiliense, São Paulo, 1988.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder e o socialismo**. 4ª ed. São Paulo: Graal, 2000.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. R.J., Ed. Campos, 1979.
- SANTORO, Luiz Fernando. A democracia na nova era da informação. **Revista Comunicação e Sociedade**, São Paulo, n 24, 1995.
- SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1992.
- SOARES, Giselle Silva. Entre o projeto de modernidade e a efetivação da democracia: marcas deixadas na construção da vida social brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 109, Mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000100003&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 06 de mar. de 2012.
- SORJ, Bernardo. **Brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Unesco, 2003.
- SALCEDO, Diego Andres; GOMES, Isaltina Maria de Azevedo Mello. **A Informação Científica no Jornal Nacional**. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Natal, RN, 2008.
- TILLY, Charles. **O acesso desigual ao conhecimento científico**. Tempo soc., São Paulo, v. 18, n°. 2, nov. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320702006000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acessado: em 16 out. 2011.
- TORAINÉ, A. **O que é democracia**. São Paulo: Edusp, 1996.
- VIZEU, Alfredo; CORREA, João Carlos. A construção do real no telejornalismo: do lugar da segurança ao lugar de referência. In VIZEU, Alfredo (org.) **A Sociedade do Telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- VIZEU, Alfredo. O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**. Vol. 1, n°40, 2009.